

Projeto Resisto! Roteiro de pesquisa: Acervo Memorial

Eixo Direitos Humanos - Lugares da Memória:

1) Nome: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - Centro Acadêmico XI de Agosto

Acesse em:

<http://memorialdaresistencia.org.br/lugares/faculdade-de-direito-da-universidade-de-sao-paulo-centro-academico-xi-de-agosto>

Por que pesquisar:

Em 11 de agosto de 1827, é fundada por D. Pedro I a Academia de Direito de São Paulo, incorporada, em 1934, à recém-criada USP. Voltado à representatividade discente, em 1903, foi criado o Centro Acadêmico (CA) XI de Agosto, entidade que, em muitos momentos, extrapolou as fronteiras acadêmicas e participou ativamente de movimentos político-sociais da cidade. Um exemplo foi em 1968, na “Reforma MEC-USAID”, uma parceria entre o Ministério da Educação e a United States Agency for International Development para reformar o ensino no Brasil através de privatizações. Em protesto, 80 estudantes ocuparam a faculdade durante 26 dias, quando a diretoria ganhou na justiça a reintegração de posse do edifício, e os estudantes foram forçados a deixar o prédio com ação movida pela polícia.

Perguntas para o debate:

- Qual é a diferença entre ocupar e invadir?
- O acesso à educação de qualidade é um direito de todos, de acordo com o Artigo 26º da Declaração Universal de Direitos Humanos. Quais são, geralmente, as justificativas utilizadas para a privatização de instituições de ensino?
- Como podemos relacionar a ocupação da Faculdade de Direito da USP em 1968 com os movimentos de 2015 que ocuparam escolas no Brasil? Quais pautas se assemelham?

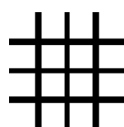
2) Nome: Rua Maria Antônia

Acesse em:

<http://memorialdaresistencia.org.br/lugares/rua-maria-antonia>

Por que pesquisar:

Durante a ditadura, a Rua Maria Antônia foi um centro de agitação política e cultural marcada pela divisão entre estudantes de perfis ideológicos diferentes. De um lado da rua, estava a Universidade Mackenzie, na época, um reduto ideológico conservador, tendo alguns de seus alunos como membros do Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Do outro lado, estava a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da USP (hoje, um centro cultural), onde borbulhava o espírito contestatório marcado pela presença do movimento estudantil e de organizações



e partidos de esquerda. Na manhã do dia dois de outubro de 1968, um desentendimento entre estudantes das duas instituições resultou em um confronto de quatro horas. Paus, pedras, coquetéis molotov, bombas, ácido sulfúrico, tiros e incêndios dominaram a rua em um episódio conhecido como “Batalha da Maria Antônia”. O enfrentamento entre as universidades terminou com um grande número de feridos e um morto: José Carlos Guimarães, secundarista da Escola Marina Cintra.

Perguntas para o debate:

- De qual forma costumam ocorrer os debates de dois discursos contraditórios?
- Quais relações podemos estabelecer entre os acontecimentos da “Batalha da Maria Antônia” e a polarização política que vivenciamos no Brasil nos dias de hoje?
- Os artigos da Declaração Universal de Direitos Humanos tratam sobre tolerância e igualdade entre as pessoas. Os discursos que pregam a intolerância devem ser tolerados? Quais artigos da Declaração estes discursos violam?

3) Nome: Fábrica da Volkswagen

Acesse em:

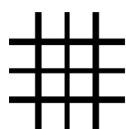
<http://memorialdaresistencia.org.br/lugares/fabrica-volkswagen>

Por que pesquisar:

Inaugurada em 1959, a fábrica de São Bernardo do Campo da Volkswagen do Brasil foi instalada como parte do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. Segundo relatos, durante a Ditadura Civil-Militar, o local foi palco de ações de repressão, vigilância e violação de direitos humanos com a concessão de apoio logístico ao aparato repressor do Estado. Os dados foram constatados pela CNV em seu relatório final de 2014 e admitidos pela sede alemã após desenvolvimento de estudos privados. Em rara ação de reparação, um inquérito conjunto movido por diversas instâncias judiciais brasileiras atestou, em 2020, a colaboração da Volks com o aparato repressivo, estipulando pagamento de indenização às vítimas no valor total de R\$ 36 milhões, como prática de “Ajustamento de Conduta” na preservação da memória, da verdade e da justiça. A fábrica sexagenária permanece ativa na produção de quatro linhas de automóveis, integrando o parque industrial do ABC Paulista.

Perguntas para o debate:

- De que forma a elite econômica, associada ao poder político, pode criar ações que ponham em risco os direitos humanos da população?
- Qual relação podemos fazer entre essa aliança e a tragédia de Brumadinho em 2019?
- A Reforma Trabalhista de 2017 colocou a negociação direta como parte de flexibilização da lei. Existe uma igualdade de forças capaz de viabilizar esta negociação?
- Como o exemplo da Fábrica da Volkswagen do ABC serve de argumento sobre possíveis violações do artigo 23º da Declaração de Direitos Humanos?



Eixo Direitos Humanos - Coleta Regular de Testemunhos:

1) Dom Angélico Bernardino

Assunto correlato: movimento religioso

Acesse em:

<http://memorialdaresistencia.org.br/entrevistas/angelico-bernardino>

Biografia:

Angélico Bernardino, reconhecido como Dom Angélico, nasceu em Saltinho, interior de São Paulo, no dia 19 de janeiro de 1933. Formado em Jornalismo, trabalhou no “Jornal Diário de Notícias”, em Ribeirão Preto, até que decidiu retornar ao seminário já iniciado em sua cidade natal, ordenando-se presbítero em 1959. Nomeado em 1974 pelo Vaticano, tornou-se bispo auxiliar de São Paulo, trabalhando ao lado de Dom Paulo Evaristo Arns. Em 1975, é designado à região episcopal da Zona Leste (São Miguel Paulista), envolvendo-se diretamente com as lutas populares por melhorias de vida. Nesse período, também atuou junto à coordenação editorial do jornal “O São Paulo”, da Arquidiocese de São Paulo, e assumiu a coordenação arquidiocesana da Pastoral Operária. Atualmente, Dom Angélico permanece atuante junto à Igreja Católica dedicando-se, fundamentalmente, às comunidades da periferia da Zona Norte de São Paulo (Brasilândia).

Resumo da entrevista:

Em seu testemunho, Dom Angélico narrou sobre sua missão religiosa alinhada à sua visão de mundo, dando ênfase à experiência de resistência por ele vivida durante vigência da Ditadura Civil-Militar no Brasil, quando atuou ligado aos movimentos sociais, populares e operários. Narrou sobre o posicionamento de uma parcela da Igreja Católica que, assumindo uma luta preferencial pelos mais pobres, apoiou a proposta das Reformas de Base de João Goulart e, anos depois, seguiu em oposição à violência de Estado promovida pela Ditadura. Como consequência, muitos membros da Igreja foram alvos de perseguição política, vindo a sofrer também censura aos seus meios de comunicação, como no caso do jornal “O São Paulo”. Dom Angélico falou também sobre a organização das Pastorais e sua importância para a formação da resistência naquele período e sobre o trabalho desenvolvido por Dom Paulo Evaristo Arns e os bispos auxiliares na Arquidiocese de São Paulo.

Reflexão:

“Eu estava com fome, e me destes de comer; eu estava com sede, e me destes de beber; eu era forasteiro, e me recebestes em casa; estava nu, e me vestistes; doente, e cuidastes de mim; na prisão e fostes visitar-me.”

(Mateus 25, 35-36)

Quais artigos da Declaração de Direitos Humanos são evocados no versículo do Evangelho de Mateus?

2) Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes

Assuntos correlatos: clandestinidade e maternidade

Acesse em:

<http://memorialdaresistencia.org.br/entrevistas/maria-auxiladora-de-almeida-cunha-arantes>

Biografia:

Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, de apelido Dodora, nasceu no dia cinco de novembro de 1940, em Belo Horizonte. Desde o ensino secundarista, Dodora é militante. Inicialmente, integrou a Ação Católica (AC) e, em meados de 1962, aderiu à Ação Popular (AP). Formou-se em Psicologia em 1963, mesmo ano em que se casou com Aldo Arantes, e foram viver em Brasília. Em fins de 1968, foi presa e, ao longo de seis meses, passou por diversos cárceres no estado de Alagoas, sempre acompanhada dos filhos, mantidos sem registro pelo regime. Atualmente, Dodora integra diversas organizações voltadas para a promoção dos Direitos Humanos, além de atuar como psicanalista.

Resumo da entrevista:

Dodora versou sobre a efervescência política e cultural do período e as convicções ideológicas que a guiaram em suas escolhas como militante. Tais escolhas determinaram uma prática essencialmente voltada para a comunidade rural, incidindo, sobretudo, no campo da educação. Sendo, à época, casada com Aldo Arantes, sua narrativa entrelaça-se à dele, contribuindo também para o registro da história da militância de Aldo. Paralelamente, elucidou questões relativas às diretrizes de importantes organizações políticas de oposição ao regime, com destaque para a AP, organização da qual fazia parte. Através de uma explanação cronológica dos fatos, tratou sobre as condições de vida possíveis dentro da clandestinidade; o caráter de seu exílio no Uruguai; o desprendimento dos bens materiais em prol da militância; e a vulnerabilidade na qual ela e seus filhos encontravam-se ao permanecerem presos sem registro. Descreveu as condições dos cárceres por onde passou e resgatou fragmentos do imaginário infantil produzidos por seus filhos dentro do ambiente prisional.

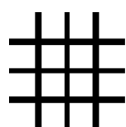
Reflexão:

LEI No 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979.

Concede anistia e dá outras providências.

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

§ 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.



§ 2º - Excetuam-se [exclua-se] dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal

De acordo com a Lei de Anistia, crimes de atentado pessoal não foram anistiados (perdoados). Os agentes da repressão da Ditadura Militar brasileira cometeram crimes de atentados pessoais? Quais artigos da Declaração de Direitos de Humanos os agentes da repressão violaram? Se esses crimes não foram anistiados, quantos agentes da repressão foram presos?

